

Revisão de Provas

SEBASTIÃO MUNIZ DA SILVEIRA

EDUARDO FRIEIRO transcreve em sua obra, "Os livros nossos amigos", uma nota da revista francesa "Arts et Métiers Graphiques" que reproduz parte de um artigo de "The British Printer", publicação inglesa especializada em artes gráficas. Versa o mesmo sobre revisão de provas. Ao apontar a forma de como se deve estabelecer o serviço de revisão, menciona o que se há de fornecer aos revisores: vários dicionários, obras completas de poetas ingleses, obras de documentação, "Enciclopédia Britânica", etc., tudo isso devidamente especificado, compondo uma biblioteca completa e que esta deve estar sempre atualizada. Diz ainda a revista inglesa que "só indicamos aqui o estrito mínimo do que nos parece indispensável ao trabalho normal dum revisor consciencioso, que queira evitar os erros mais grosseiros na sua caça aos *cochilos* do compositor..."

A revista francesa, por sua vez, ao comentar o assunto, acha que dos mesmos conselhos carecem os revisores franceses porque estes, "de ordinário, não parecem ligar muita importância a esta parte do seu ofício".

Sabe-se como é mal remunerado o revisor no Brasil, tanto no Serviço Público como no particular. E' uma profissão quase tida como "biscate" nas duas espécies de empregadores. Devido à baixa remuneração, é lógico, não se pode exigir que o revisor seja um erudito, mas nem por isso negamos haja elementos de indiscutível valor no seio da classe.

Não obstante, Frieiro escreve: "Se os franceses se queixam de que não possuem revisores *comme il faut*, que havemos de dizer nós, no Brasil, onde o serviço de revisão de provas é confiado quase sempre a pessoas sem competência, inaptas para o exercício duma tarefa que exige qualidades especiais de zelo, perspicácia e variado saber".

Nossos conhecimentos tipográficos são reduzidos e minúscula ou quase nenhuma a nossa ilustração. Incluimo-nos, portanto, no rol das "pessoas sem competência".

Para solucionarmos êsse problema apontado por Frieiro necessitamos valorizar o trabalho de revisão de provas, remunerando melhor. Com melhor paga, é claro, pode-se naturalmente selecionar melhor. Deve-se até criar cursos de aperfeiçoamento para os que atualmente se ocupam dêsse ofício e, se possível, escolas para os futuros revisores.

O saber ler e escrever não é o suficiente para o desempenho cabal da função de revisor. E' pre-

ciso que êste possua alguma cultura, pendor, calma, saiba distinguir os vários caracteres tipográficos, conheça sinais de revisão e que, enfim, conheça o ofício e tenha dedicação à arte de Gutenberg. Para conferente, sim, pouca coisa se exige. No Serviço Público não há esta última função, resultando disso que um revisor faz as vèzes de conferente, o que não é muito agradável devido à hierarquia que deve existir entre revisor e conferente, hierarquia benéfica sob certo aspecto.

EXECUÇÃO DO TRABALHO

A primeira revisão sempre é feita em dupla, isto é, revisor e conferente. Depois da revisão feita pela dupla, o revisor deve abandonar os originais e ler somente para si, entendendo melhor o que está escrito, pegando também alguns "pastéis" que lhe tenham passado despercebidos. A 1.^a revisão, acompanhada pelo conferente, é simplesmente para evitar "pulos", ou melhor, verificar se há confronto de prova com original, palavra por palavra, com exceção dos enganos que o linotipista, o compositor ou o emendador encontra e corrige, ficando a prova, naturalmente, em discordância com o original, o que é aceito pelo revisor por ficar aquela melhor que êste.

A respeito da segunda leitura ou decalque, há quem diga ser muito mais difícil que a primeira devido aos enganos e trocas de linhas que o emendador comete e que podem passar despercebidos a um revisor pouco integrado com o ramo.

ORIGINAL DACTILOGRAFADO

Quando se trata de original dactilografado deve-se ter o máximo de cuidado. Nesse ponto, falemos a verdade, adotamos o pirronismo porque:

1.^o — o dactilógrafo tem, às vèzes, de decifrar *receitas médicas* e nem sempre consegue entendê-las e dá, então, uma solução qualquer ao que está mascarrado;

2.^o — geralmente o autor não relê tôdas as laudas dactilografadas.

O que se verifica com o linotipista que involuntariamente comete certos enganos, como sejam, "pulos" de palavras, de linhas etc. pode acontecer com o dactilógrafo. Aconselhamos, por isso, uma conferência nas laudas dactilografadas antes que sejam remetidas à tipografia.

*

* * *

Escritores de nomeada confessam o quanto é espinhosa a missão do revisor e no entanto há

os que relegam essa afirmação e dizem: Se escrevemos, por que não podemos rever? Podem rever sim, mas também poderá acontecer o que em muitas ocasiões sucedeu com Monteiro Lobato quando fazia as vêzes de revisor em suas próprias obras. Encontramos num canto de um folheto de São Paulo, "Curso de Contabilidade por correspondência", estas palavras do citado escritor que muito bem definem o martírio do revisor:

"A luta contra o erro tipográfico tem algo de homérico. Durante a revisão os erros se escondem, fazem-se positivamente invisíveis. Mas, assim que o livro sai, tornam-se visibilíssimos, verdadeiros sacis vermelhos a nos botar a língua em tôdas as páginas. Trata-se de um mistério que a ciência ainda não conseguiu decifrar".

*
* *
*

A tipografia ganhou um avanço extraordinário com o invento de Mergenthaler, mas êsse mesmo avanço torna-se desastroso se lhe faltar a dedicação e a cooperação do linotipista, emendador, revisor, etc.

Atualmente — ou sempre foi assim? — qualquer pessoa se arvora em revisor e o resultado disso é o mais lamentável possível. Não pugnamos contra essas pessoas porque sabemos estarem deslocadas. Causou-nos mágoa, entretanto, verificar os erros tipográficos cometidos num livro há pouco tempo compulsado por nós. Não pudemos, por mais esforço que fizéssemos, usufruir vários ensinamentos tantos eram os erros: troca de linhas, gralhas e mesmo falta de linhas.

Em o nosso modo de ver, todo pretendente a revisor deveria passar por um estágio nas oficinas gráficas para a aquisição de conhecimentos essenciais.

Nossos conhecimentos tipográficos, como dissemos, são acanhados e, além disso, há muito que não trabalhamos propriamente em tipografia. Atualmente exercemos a função de revisor, função que conquistamos em prova pública realizada pelo D.A.S.P. Não é nosso intuito, quando mencionamos o modo por que obtivemos essa função, indicar que estamos "nas alturas" a respeito de revisão. Nada disso. A seleção não pode, absolutamente, descobrir as tendências do indivíduo. Pode, sim, recrutar pessoal provido de conhecimentos gerais. Assim, como a função de que falamos exige de seu executor predicados vários, os quais, em o nosso pensar, são inatos, pode haver deslizes de seleção quanto a esta parte.

Como "encôsto" tôda profissão serve e havendo oportunidade o indivíduo, então, abraça qualquer uma.

O preparo momentâneo para se sair bem num concurso ou coisa semelhante é tão prejudicial tanto para o indivíduo quanto para quem irá empregá-lo. Vamos a um exemplo: Suponhamos uma pessoa com inclinação para carpinteiro ou mesmo um ótimo carpinteiro e que possua alguma ilustração. Por circunstância qualquer se vê desempregada e logo após há oportunidade para sua colocação, ou melhor, estão abertas ins-

crições no Serviço Público para preenchimento de claros. Digamos que êstes sejam de revisor. O ótimo carpinteiro não hesitará e fará todo esforço estudando de afogadilho e passados uns dois meses se submete às provas e eis que, demonstrando seu saber, conquista aprovação. O que êle fêz é humaníssimo e, ademais, competiu publicamente. Irá tão somente rever provas, mas o seu pensamento estará sempre ligado à confecção de um belo guarda-roupa, suas mãos querem dominar uma plaina que deslize suavemente sobre a madeira, etc.

Talvez estejamos abordando um assunto por demais conhecido. Também não desejamos preceituar coisa alguma a fim de que não sejamos objeto de crítica porque, segundo Descartes,

"Os que têm o propósito de oferecer preceitos devem julgar-se mais capazes do que os que os recebem, e, por isso, ao falharem na mínima coisa, tornam-se dignos de censura".

Ao eleger seu ofício o indivíduo deve, primeiramente, preparar-se bastante para ter autodomínio nas ações relativas à profissão. Lemos em L.E. Gratia:

"Condição fundamental para qualquer trabalho na vida é prepararmo-nos para a função que escolhemos. Sem preparo técnico arriscamo-nos a não conseguir os resultados esperados e, como vimos, a falta de preparo é causa comum de atrapalhão e embaraço. Para prepararmô-nos muita paciência requer-se e muita tenacidade. ... Pensamos que basta ter visto para ter assimilado, ou ter compreendido para ter aptendido. E' erro comum. Uma coisa é entender, outra adquirir prática no trato de uma doutrina e técnica precisa para não falhar no uso e manejo de determinado objeto". (1)

A prática do revisor, com seus conhecimentos da arte gráfica é, em o nosso pensar, 70% mais necessária.

O QUE ACHAMOS ESSENCIAL À REVISÃO

E' imprescindível para uma revisão perfeita:

- a) que o revisor leia em voz alta num tom tal que o conferente ouça e compreenda a pronúncia, isto é, que leia "cantando";
- b) que o local de trabalho seja isento de barulhos, porque uma conversa no telefone, u'a máquina dactilográfica em movimento, etc., perturbam enormemente a revisão;
- c) que haja luz suficiente no local de trabalho;
- d) que a dupla, enfim, tenha inclinação para o ofício.

Com exceção do nosso estabelecimento tipográfico modelar, Departamento de Imprensa Nacional, o que temos presenciado com a revisão é o seguinte: sempre localizada em lugares ruidosos, próxima à linotipia, impressão e às vêzes próxima a uma sala de palestra, etc. No Departamento de Imprensa Nacional a Revisão está situada em sala ampla, exclusivamente para revisão, e as mesas são bem distantes umas das outras.

(1) "O acanhamento e a timidez" — trad. de Nelson Romero.

A pressa na revisão é uma inimiga mortal. Vejamos, por exemplo, êste trecho lido apressadamente: Precisamos de SEIS homens para executar o trabalho e no dia três de JUNHO SESSENTA pessoas...

Lido aceleradamente o revisor não pode pronunciar as palavras de tal forma que o conferente perceba se foi dito *Seis ou Seus, Junho ou Julho, Sessenta ou Setenta*, não é verdade, conferentes? E o que é mais importante disso tudo: o linotipista pode ter composto essas palavras ao contrário do que está no original.

Durante seis anos fomos conferente e procurávamos atingir o esmêro tanto fôsse possível, mas tivemos de trabalhar com um revisor pouco dado à profissão, dêsses "que não podem ver trabalho pela frente" e executam-no rápida porém pèssimamente. Um revisor que revê rapidamente não pode, em sã consciência, garantir que leu, entendeu e foi entendido pelo conferente.

Com êsse que trabalhamos não podíamos nem sequer indicar discordância do original com a prova porque, quando mencionávamos pulos de palavras, etc., no comêço da prova êle, na sua vertiginosa leitura, já estava na metade da mesma. Forçosamente tinha que voltar ao princípio da prova e, por isso, julgava-nos lento, etc., e no entanto o que procurávamos era fazer o melhor possível.

"Não existe livro sem êrro" — afirma FRIEIRO — e ainda mais "que o êrro tipográfico é o acidente inelutável e, o que é pior, freqüente, habitual, em todo trabalho impresso".

Antes de têrmos lido FRIEIRO havíamos saboreado um livro com aproximadamente 140.000 linhas de corpo 8 na medida de 10 cíceros e encontramos nela sòmente dois "pastéis". Ora, convenhamos, isso é o mesmo que um pingo d'água no oceano, não é nada. Temos que essa obra é uma perfeição tipograficamente falando.

O REVISOR

Segundo FRIEIRO, o revisor geralmente nasce da classe tipográfica e que quando assim não acontece, ainda que o mesmo tenha erudição, formado em advocacia, doutor em filosofia e letras ou escritor, há contra êle inúmeros inconvenientes. O revisor que não provém da tipografia jamais poderá "servir de guia ou consultor para o caixista ou linotipista, se não sabe o que seja um *cícero*, ou *ponto* tipográfico e ignora as regras do ofício".

Nessa parte estamos inteiramente de acôrdo com o escritor e pensamos mesmo que a solução para o caso seja a criação de cursos e escolas para os revisores "extra-muros" das tipografias e também para elevar mais o nível cultural dos que atualmente exercem a profissão de rever.

* *

*

Cumpre, pois, efetivar-se, o quanto antes, a modernização racional da fiscalização do impôsto de consumo, nos moldes de verdadeira ciência, exigidos pela época.

Relatório apresentado pelo Sr. ARTHUR SIMAS MAGALHÃES, Diretor das Rendas Internas — 1947.

* *

*

O imposto de consumo, regido pelo Decreto-lei n.º 7.404, de 22 de março de 1945, foi regularmente arrecadado, apresentando acréscimo em seu confronto com a renda do exercício de 1946. Mantém-se êle como de maior produtividade no orçamento sendo interessante o seu confronto com o de Renda, que lhe segue a ordem e importância, colocado que está em segundo lugar na arrecadação nacional :

	Impôsto de Consumo Cr\$	Impôsto de Renda Cr\$	Diferença Cr\$
1945.....	2.828.423.685,70	2.291.088.725,20	537.414.960,50
1946.....	4.000.551.467,60	3.028.716.918,60	971.834.549,00
1947.....	4.427.664.567,60	3.880.324.419,60	547.340.148,00

Relatório apresentado pelo Sr. ARTHUR SIMAS MAGALHÃES, Diretor das Rendas Internas — 1947.

*

* *

"O Brasil não pode festejar o seu nascimento, após quatro séculos de vida, com sessões magnas, discursos acadêmicos, bandeiras, coretos, foguetório e vivas.

"Não há outra maneira de festejá-lo senão a mostra do que nesse espaço de tempo fêz, como aproveitou a herança recebida de civilizações mais antigas, que lições soube aproveitar do tempo e da experiência própria e alheia. Essa mostra não pode ser feita senão numa Exposição". Rui, *A Imprensa*, tomo I, pág. 163.